

MOÇÃO A TODA A LUTA DA ESQUERDA SOCIALISTA PARA 2009

lista.a@bloco.org

O governo Sócrates tem sido poderosamente desafiado pela luta social. Enfrentaram o governo as populações em defesa do Serviço Nacional de Saúde, grandes manifestações sindicais e, sobretudo, a luta dos professores em nome da escola pública.

2009 é o ano de todas as lutas.

O governo PS tem agora de prestar contas pela recusa do referendo europeu, pelo aumento do desemprego e da precariedade, pela redução dos salários e das pensões, pelo ataque à contratação colectiva, pelas privatizações, pela desigualdade e pela degradação de serviços públicos.

A esquerda socialista, o Bloco de Esquerda, foi um factor fundamental na oposição, contribuiu para a força do movimento social e apresentou alternativas coerentes. Assim continuará. Somos portadores da energia decisiva para romper a maioria absoluta, para disputar a liderança do país e para criar uma nova capacidade de luta socialista.

CAPÍTULO 1. A NOVA CRISE DA CRISE VELHA

A economia portuguesa nunca recuperou da recessão de 2003: desde então, os rendimentos da maioria da população foram prejudicados, o desemprego cresceu, a precariedade tornou-se a regra do novo emprego e os serviços públicos degradaram-se. Esta é a verdadeira crise, o resultado de uma economia dependente e condicionada pelas opções liberais. É uma crise antiga, agravada pela recessão. Em consequência, o país atravessa a sua pior crise dos últimos 30 anos.

Os governantes que temos tido são responsáveis. Eles defenderam que a sua política, a da crise, era a única possível. É por ela que devem responder.

TESE 1. A CRISE É A EXPLORAÇÃO

1.1. Durante esta longa crise, Portugal foi governado pelo PSD-CDS, primeiro, e pelo PS, depois. Esses executivos foram o factor imediato da crise: governaram bem para os de cima e contra os de baixo. O resultado tem sido um oásis para a finança, que promoveu o endividamento e a especulação, para o negócio do trabalho temporário e para o trânsito de governantes para as empresas que negociam com o Estado. **Na crise, agrava-se o modelo de salários baixos, de pobreza escondida, de rentismo evidente e de crescimento subsidiário.**

1.2. Hoje, em Portugal, por cada euro pago em salário, há um euro de lucro para o capital. **Por via da desvalorização dos salários reais e das pensões durante o governo Sócrates, foram transferidos mais 5 mil milhões de euros para o capital. E, com a sua política de favorecimento do capital rentista (pelos juros, benefícios fiscais e privatizações), com este governo foram transferidos mais outros 25 mil milhões de euros para o capital.** Assim, a exploração cresceu brutalmente, ao mesmo tempo que aumentou a vulnerabilidade de quase 2 milhões de pobres, sobretudo idosos, e de meio milhão de desempregadas e desempregados.

TESE 2. A CRISE FINANCEIRA NÃO É FINANCEIRA

2.1. Marx assinalava, n' "O Capital", que a especulação é da natureza do capitalismo: "O capital tem horror à ausência de lucro. Quando fareja um benefício razoável, o Capital torna-se ousado. A 20%, fica entusiasmado. A 50%, é temerário; a 100%, enlouquece à luz de todas as leis humanas, e a 300% não recua diante de nenhum crime". Assim é.

No fim de 2008 os governos dos EUA e da UE dissiparam quantias colossais para pagarem a especulação no sistema financeiro mundial. O governo dos EUA gastou de uma só vez, para nacionalizar os prejuízos dos bancos, o equivalente à sua despesa com a guerra do Iraque. Essa intervenção não evita a recessão em 2009 nem o risco do dominó de novas crises bolsistas. Com efeito, esta **não é uma mera crise financeira, mas sim o fruto de um gigantesco processo de desvalorização do capital impulsionado por crises de sobreprodução e de escassez de procura efectiva.**

2.2. Desde a recessão de 1973-4, o capitalismo entrou numa longa fase de depressão, que exigiu uma reestruturação do capital e da sociedade. O liberalismo tem sido a ideologia e a política desta reestruturação.

Os primeiros objectivos desta política foram atingidos: a liberdade de circulação de capitais foi alcançada com os offshores e garantida por mecanismos de regulação dependentes do mercado; a precarização do trabalho enfraqueceu a contratação colectiva e os sindicatos. Assim, nos últimos dez anos, a taxa de lucro nas principais economias capitalistas recuperou lentamente.

A contradição desta ofensiva está no entanto patente quando se constata que o investimento directo na economia real se mantém a níveis medíocres. Há lucro, mas a acumulação de capital é a mais reduzida dos últimos 50 anos, seja porque uma parte do lucro foi asfixiada por rendas financeiras, seja porque as oportunidades de investimento oferecem ganhos limitados na óptica do capital.

TESE 3. A CRISE DE HEGEMONIA DO CAPITALISMO NORTE-AMERICANO

3.1. Os Estados Unidos, a economia dominante no mundo, tornaram-se o centro da espiral especulativa. O modelo económico da sua hegemonia baseia-se num elevado nível de consumo, financiado por crédito fácil, importações baratas (da China) e petróleo acessível (alianças e ocupações no Médio Oriente), mas sem capacidade de gerar poupança. Foi com endividamento que a economia cresceu. A consequência deste modelo tem sido um défice comercial gigantesco que tem levado à acumulação de dólares na China, no Japão e nos potentados árabes, os verdadeiros detentores da dívida pública norte-americana.

Assim, os EUA precisaram de atrair enormes massas de capital. Mas como o juro norte-americano é baixo, os capitais só afluíram porque a Bolsa se transformou no centro especulativo mundial. A confiança neste sistema foi garantida pelo poder militar e político dos EUA. É por isso que as guerras do virar do milénio têm sido as do petróleo e dos dólares.

As consequências deste modelo são evidentes:

:: Uma enorme concentração de riqueza para quem domina a especulação;

:: Uma gigantesca dívida pública, que é, em si mesmo, um inesgotável mercado mundial;

:: A euforia especulativa com a criação de produtos financeiros derivados que ocultam sucessivamente a fraude e os prejuízos.

A economia especulativa nos EUA é a primeira causadora da crise bolsista e revela que o capitalismo dominante tem bases frágeis. Sem uma ruptura clara com este modelo, a crise continuará a agravar-se.

3.2. Ao mesmo tempo que se afirma a crise da hegemonia económica de Washington, a UE é prisioneira das suas próprias contradições. Durante décadas, ela cresceu na base de um equilíbrio entre a construção de um mercado interno liberalizado e Estados-providência fortes. Este modelo nunca foi democrático, mas permitiu um crescimento sustentado durante

os 30 anos que se seguiram à IIª Guerra Mundial. Com o advento do liberalismo e a queda do Muro de Berlim, acelerou-se a mundialização das multinacionais, até então o principal motor do Mercado Interno.

A queda do Muro teve outra consequência: o alargamento da UE a leste tornou-se prioritário e tornou mais complexas as teias da decisão e dos alinhamentos políticos geo-estratégicos.

Na viragem do milénio, a criação do Euro assinala o último grande momento da construção europeia, com um preço social altíssimo, a partir do Pacto de Estabilidade e Crescimento, impondo reduções draconianas na despesa social e a abertura dos serviços públicos ao capital. A globalização do capitalismo com as políticas liberais fez crescer drasticamente a lista dos perdedores, os medos e as resistências, e a popularidade do projecto da UE caiu a pique.

Em vez de procurarem resolver os impasses através da democracia, fazendo dos cidadãos e dos povos os verdadeiros actores da construção europeia, as lideranças europeias escolheram o autoritarismo: a imposição de um Directório de grandes países como solução para os impasses na decisão e a negação aos povos do direito de se pronunciarem em referendo sobre o futuro da própria União.

O que hoje temos é uma Europa que é ainda o mais importante mercado mundial, que é estruturalmente incapaz de se reconciliar com os seus povos, de se refundar na base de um projecto de direitos sociais ou de praticar, na cena internacional, uma política independente das administrações norte-americanas.

A dimensão mundial da crise coloca a UE ante um desafio para o qual as suas actuais lideranças não têm resposta. Durante décadas, elas acreditaram nos milagres do seu próprio credo. Agora que é evidente o seu fracasso, a opção é dramática: ou a Europa se refunda numa base democrática e de direitos sociais, ou insiste no autoritarismo intensificando os sacrifícios sobre os mesmos de sempre.

Este será o grande debate das eleições europeias de 2009. O Bloco disputará essa batalha desenvolvendo o internacionalismo e o europeísmo de esquerda que o tem caracterizado.

3.3. Entretanto, outros poderes emergentes modificam o mapa-mundo. Na China surge um novo colosso económico. Outros poderes regionais emergentes, como o Brasil, a Índia e a África do Sul, ou que disputam posições anteriormente estabelecidas, como a Rússia, configuram alianças entre Estados e burguesias nacionais fortes.

A acentuação de disputas de hegemonia não cria apenas novas oportunidades num mundo inevitavelmente mais multipolar. Cria também novos riscos e novos problemas. A esquerda que defende a globalização solidária contra a globalização capitalista, só pode colocar a sua luta numa perspectiva europeia e internacionalista.

TESE 4. O LIBERALISMO AGRAVOU A CRISE EM PORTUGAL

4.1. Esta crise torna evidente a derrota ideológica do neoliberalismo e, ao mesmo tempo, o seu elevado preço social:

a) Durante anos, o dogma da austeridade foi imposto contra as políticas sociais, sob o pretexto de não haver recursos financeiros disponíveis. Em Portugal, a reforma Sócrates na Segurança Social diminuiu as pensões futuras. Agora, para salvar o capital dos accionistas, os governos decidem injeções massivas de dinheiro dos contribuintes. Mas os portugueses já financiaram os lucros dos bancos, por via da duplicação do Euribor entre 2005 e 2008. O serviço da dívida das famílias passou a ser 68% do seu rendimento, mais 10% do que em 2005. O peso da dívida da habitação para quem tem até 500 euros mensais é de mais de metade do seu rendimento.

b) A financiarização das economias conduziu a uma bolha especulativa inédita na história. O dogma da liberdade de circulação de capitais produziu offshores, lavagem de dinheiro e mais especulação. O Bloco exige o fim dos offshores e a regulação financeira pelo Estado.

c) A UE e os governos nacionais têm promovido, com a "Estratégia de Lisboa", a criação de parcerias público-privadas e privatizações destruindo os sec-

tores públicos da economia. O resultado está à vista: os liberais, que exigiram sempre a privatização, clamam agora pelo intervencionismo estatal. Não exigiram aos accionistas que pagassem o prejuízo, antes pedem ao Estado a sua nacionalização.

4.2. A crise provou que é necessário mais investimento público de qualidade para responder à recessão, e que são necessárias políticas de justiça fiscal, como um imposto sobre as grandes fortunas e a tributação do capital. É a justiça fiscal que permite o combate prioritário à pobreza, em particular dos reformados.

Esta crise demonstrou ainda que a política de nacionalizações e de responsabilidade pública na economia, nas comunicações, nos transportes, no sistema financeiro, tal como o planeamento de recursos escassos para evitar a sua delapidação, são indispensáveis como resposta às dificuldades criadas pelo capitalismo real.

TESE 5. TODAS AS FORMAS DA EXPLORAÇÃO SE AGRAVAM

5.1. O liberalismo tem sido a voz do capitalismo para obter novas formas de acumulação de valor, através dos juros que absorvem as poupanças, da entrega ao privado de empresas públicas de monopólios naturais (electricidade, combustíveis, água, estradas, comunicações) e ainda de serviços essenciais (saúde) ou do preço da educação (com as propinas e a crise de financiamento do ensino superior). A degradação dos serviços públicos agrava ainda as assimetrias regionais que dividem o país.

O governo PS promoveu essas privatizações e benefícios fiscais para o capital rentista e transferiu o fardo dos impostos para os trabalhadores e consumidores.

5.2. Assim, o modo de exploração na sociedade capitalista torna-se cada vez mais sofisticado. Essa é uma realidade que desafia a esquerda. À exploração do trabalho, por via do trabalho não pago e transformado em lucro (e por via do aumento da idade

da reforma), acrescenta-se a exploração indirecta do salário, o trabalho que foi pago. Essa exploração impõe-se por via dos preços (ao consumidor), por via dos juros (ao trabalhador endividado) e ainda por via da especulação com os fundos de pensões (ao futuro reformado).

A força social do trabalho só se afirmará se for portadora de um projecto contra a exploração, em nome dos trabalhadores como dos contribuintes, das famílias endividadas e dos reformados. Esse é o projecto estratégico do Bloco de Esquerda.

TESE 6. O CENTRO DA ACÇÃO DO BLOCO É A LUTA POR SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE

6.1. A luta em defesa da escola pública, de igualdade e de inclusão, tem vindo a assumir um papel de relevo na luta geral que se tem desenvolvido em defesa dos serviços públicos de qualidade, onde largos milhares de cidadãos e cidadãs, Associações e Movimentos (de Utentes, Cidadãos e Moradores, alguns criados expressamente para a condução destas lutas) se têm envolvido, através de manifestações, abaixo assinados, vigílias, concentrações e outras formas de luta, contra a descaracterização e privatização de diferentes serviços públicos levados a cabo pelo actual governo do PS, com o apoio silencioso da direita parlamentar.

A luta dos professores foi o maior movimento social contra a política do governo e polarizou o país. A sua vitória depende muito da aliança de todos quantos façam da escola e dos serviços públicos uma luta essencial.

6.2. O Bloco de Esquerda tem um centro da intervenção bem definido: é o desenvolvimento dos serviços públicos de que depende a democracia, na saúde, na educação, no acesso à água, à energia, às comunicações, à habitação, na protecção contra a extorsão financeira.

É a qualidade dos serviços públicos que define o progresso da vida das pessoas e a igualdade a que têm direito.

O Bloco convida todos os homens e mulheres de esquerda a uma convergência contra as políticas liberais e para o desenvolvimento da responsabilidade pública pelos bens essenciais da democracia.

CAPÍTULO 2. O ESPECTRO DA CRISE ASSOMBRA A SOCIEDADE

As Bolsas mundiais estão em queda desde 2007 e o crash de Outubro de 2008 foi a sua “queda do Muro de Berlim”, na expressão de Stiglitz. A explosão da bolha especulativa deixa a descoberto as operações financeiras fraudulentas que sustentaram a expansão do capital durante os últimos 30 anos.

A crise demonstra ainda a hipocrisia do discurso liberal que usou a austeridade para enriquecer os especuladores e que utilizou a redução do défice para destruir os serviços públicos, dismantelar a segurança social pública e promover o desemprego.

Esta é a hora de uma guerra social implacável do capital contra o trabalho e os direitos humanos. A esquerda socialista responde ao desafio do nosso tempo: analisar as características do capitalismo real para escolher uma estratégia clara que junte toda a força social e a aplique onde seja possível lutar e vencer.

TESE 7. A GUERRA INFINITA CONTINUA

7.1. Há quatro instrumentos de reorganização do capitalismo real:

:: A liberalização da economia, com o ataque às relações sociais baseadas em contratos colectivos e com a supremacia do capital para a precarização do trabalho.

:: A expansão do capital fictício e do crédito, para responder à sobreprodução.

:: A criação de um capital rentista moderno, com a posse de rendas do Estado.

:: A criação de um mercado incluindo os países de Leste e a China e gerando um exército industrial

de reserva mundial, com concorrência entre trabalhadores e movimentos migratórios massivos.

Esta globalização proíbe a democracia nas decisões fundamentais. Combater essa ofensiva em nome da globalização democrática é o desafio que determina o futuro da esquerda.

7.2. A financiarização delirante da economia, através de bolhas especulativas, é o modo de ser do capitalismo rentista. O capital fictício assenta em operações financeiras que multiplicam fraudes (vendas e revendas de activos sem valor), mas também toma como penhor tanto uma parte dos salários futuros dos trabalhadores (pelo endividamento), quanto uma parte dos seus direitos à reforma (com os fundos de pensões).

Assim, o capital não se desvanece nas crises bolistas sem vítimas: as pequenas poupanças atraídas pela Bolsa, os salários e pensões prejudicados pelas perdas financeiras ou pelos juros extorsionários. A universalização do capital fictício é uma forma perversa de dissolver as responsabilidades sociais dos Estados.

O Bloco desmonta os negócios que constituem o capitalismo rentista, acusa os seus beneficiários e sublinha a luta pela responsabilidade pública por todos os serviços essenciais, em particular a saúde, a educação, a energia, as comunicações. Só essa luta pode impor democracia contra o poder económico.

7.3. A acumulação de rendas tem uma importância nova na economia mundial. Essas rendas são extraídas da especulação, da posse de reservas de recursos naturais e ainda da corrupção. Uma parte importante desta acumulação é concentrada sob a autoridade de diversos governos e assim se constituem grandes reservas de capitais, que são os Fundos Soberanos: dos países árabes, da Rússia, da China, de Angola ou do Brasil, a partir das empresas públicas petrolíferas. A China virá a dominar estas reservas de capital, graças ao seu superávit com os EUA.

Esses fundos prosseguem os seus próprios interesses de potências regionais no quadro da fragilização do domínio dos EUA e têm um papel importante na especulação. O fundo angolano, Sonangol, já é dominante no BCP e na energia.

A submissão destes fundos a regras anti-especulativas exige a transparência do seu controlo pela população. A denúncia da corrupção e do autoritarismo que suporta estes fundos é fundamental, e por isso a diferenciação em relação ao regime angolano é tão importante para a esquerda portuguesa.

7.4. A guerra infinita traduziu-se também, nos EUA como na Europa, numa escalada de restrições securitárias e arbitrárias. A tortura, as prisões abusivas e julgamentos em tribunais militares sem direito a defesa, a vigilância a sindicatos e movimentos sociais, todas essas formas de intimidação social atingem os direitos democráticos.

7.5. A vulnerabilidade da hegemonia do Império e a sua derrota nas guerras do Iraque e do Afeganistão cria novos perigos, em particular no Médio Oriente, e estendendo a estratégia de tensão para os Balcãs, o Cáucaso e a Europa. As expectativas criadas pelo fim da presidência de Bush devem ser confrontadas com a exigência da luta: as modificações importantes na ordem política, económica e social internacional continuarão a depender da capacidade de mobilização e formação de opiniões públicas activas em escala internacional.

O Bloco continuará a defender uma política de paz no Médio Oriente e o reconhecimento do direito do povo palestino ao seu Estado, e exige a saída das tropas portuguesas do Afeganistão e de onde quer que integrem forças da NATO e de ocupação.

A globalização democrática opõe à guerra preventiva a prevenção da guerra e promove convergências de movimentos e plataformas que juntem forças contra o capitalismo real e as suas armas.

TESE 8. NÃO HÁ CAPITALISMO VERDE

8.1. O capitalismo tardio – um capitalismo industrial e financeiro em crise de financiarização, e um capitalismo rentista em ofensiva social – baseia-se num modelo insustentável.

A pegada ecológica da humanidade é já 31% mais elevada do que a capacidade para produzir recursos naturais: a Terra demora um ano e três meses a repor o que usamos num ano. Este modelo pode levar à liquidação das florestas, dos oceanos e das terras agrícolas. E tem consequências imediatas: a subida vertiginosa dos preços alimentares em 2008 deve-se à especulação mas também ao uso de terras aráveis para os agrocombustíveis – encher um tanque de um jipe 4x4 consome tantas proteínas como uma pessoa por ano.

É por isso necessária uma ruptura com este sistema, para por cobro à sobreexploração dos recursos naturais e sobreprodução de resíduos.

8.2. As crises ambientais que defrontamos são cada vez mais graves. O risco das alterações climáticas, que o Bloco discutiu na sua última Convenção, é uma demonstração clara dessa natureza predadora. Desde então, a luta pela água e a escassez alimentar agravaram-se, havendo escassez dos recursos fundamentais em muitas regiões do planeta.

Nenhum capitalismo verde responde a esta crise universal. A mercantilização das emissões promove a sua continuação em níveis insuportáveis, em vez de orientar as economias para a democracia das escolhas sobre o modo de vida, que alterem os transportes, socializem os conhecimentos e promovam um mix de energias que seja sustentável, ao mesmo tempo que criem normas de conservação e de eficiência energética. A mercantilização da água promove igualmente a sua distribuição segundo critérios desumanos, apesar de ser o recurso escasso mais importante para a vida no planeta.

O Bloco de Esquerda propõe a nacionalização da energia e defende as soluções públicas (municipais, intermunicipais e multimunicipais desde que permi-

tam um serviço de qualidade a tarifas socialmente aceitáveis e sem exclusões) no sector da água e opõe-se às soluções preconizadas no PEAASAR II que deixam ao Estado os custos de investimento e aos privados as receitas da operação.

8.2. As crises ambientais que defrontamos são cada vez mais graves. O risco das alterações climáticas, que o Bloco discutiu na sua última Convenção, é uma demonstração clara dessa natureza predadora. Desde então, a luta pela água e a escassez alimentar agravaram-se, havendo escassez dos recursos fundamentais em muitas regiões do planeta.

Nenhum capitalismo verde responde a esta crise universal. A mercantilização das emissões promove a sua continuação em níveis insuportáveis, em vez de orientar as economias para a democracia das escolhas sobre o modo de vida, que alterem os transportes, socializem os conhecimentos e promovam um mix de energias que seja sustentável, ao mesmo tempo que criem normas de conservação e de eficiência energética. A mercantilização da água promove igualmente a sua distribuição segundo critérios desumanos, apesar de ser o recurso escasso mais importante para a vida no planeta.

O Bloco de Esquerda propõe a nacionalização da energia e defende o sector público da água.

TESE 9. A CHINA É O CENTRO DA RECOMPOSIÇÃO DO CAPITALISMO MUNDIAL

9.1. A China é a economia de mercado que tem crescido mais depressa. Dentro de vinte anos poderá ser a maior economia do mundo e o seu mercado interno, com mais de mil milhões de consumidores, será certamente o maior. Esta tendência cria uma alteração histórica: nunca a economia hegemónica, os EUA, foi financiada por uma economia ascendente. Esta situação reforça o regime chinês, que tem demonstrado a sua autonomia e iniciativa em vários confrontos com Washington.

A China, onde o comando e a propriedade estatal

sobre a economia é o instrumento da acumulação de capital, torna-se um centro decisivo da recomposição do capitalismo. Uma grande parte da produção mundial de bens de consumo foi já transferida para a China, mas não a de bens de equipamento, de que continua a ser importadora. Enquanto os EUA e a Alemanha dominarem a produção de máquinas pesadas, a sua supremacia tecnológica perdurará.

A análise da integração da China no mercado mundial, a exploração dos seus trabalhadores e o desemprego que assim é gerado são questões decisivas que se colocam a toda a esquerda.

9.2. Esta integração no mercado mundial resulta na inclusão de centenas de milhões de trabalhadores, com salários baixos, no sistema de produção mercantil. A força de trabalho na China é de cerca de 800 milhões de pessoas, o dobro dos trabalhadores somados dos EUA, UE e Japão.

A exploração desta força de trabalho diminui o valor do trabalho no mundo. Daí a aposta do capitalismo mundial na continuidade do regime do PCC, porque impõe a exploração e proíbe as acções reivindicativas.

A característica particular da integração da China é a formação de uma burguesia nacional a partir do poder do Estado, com interesses próprios no mercado mundial e beneficiando da continuidade do regime do PCC.

No século XXI, a atitude perante o modelo chinês na exploração do trabalho e na destruição ambiental define a esquerda.

TESE 10. A EUROPA É MOVIDA PELA LIBERALIZAÇÃO DO MERCADO INTERNO

10.1. Ao conspirarem, sob as presidências de Merkel e Sócrates, para evitarem qualquer referendo ao Tratado de Lisboa, os governantes europeus e a Comissão Barroso demonstraram como vêem a União: não é unicamente uma Europa a várias velocidades entre nações e regiões, é também uma

associação de poderes económicos e políticos hostil à democracia.

A refundação democrática e social da União Europeia é o centro do combate europeísta de esquerda contra as políticas e as instituições dominantes.

10.2. Esse autoritarismo tem um projecto social. A recente Directiva do Retorno e o Pacto de Sarkozy para a imigração, que prevêem a perseguição aos sem papéis, ou a Directiva que permite a flexibilização do trabalho até às 65 horas, demonstram o sentido social da governação europeia. O ataque aos direitos sociais, a flexigurança para os despedimentos, a pressão para privatizações e cortes orçamentais em serviços públicos são a verdadeira Constituição das UE.

Em resposta, as esquerdas europeias devem juntar-se em torno de políticas fortes de alternativa.

O Bloco de Esquerda continuará a luta contra o Tratado de Lisboa, exigindo referendos e defendendo um novo tratado que refunde a Europa com base nos direitos sociais e ambientais.

10.3. Ao longo dos últimos dois anos, a União continuou a sua parceria militar com Washington. Depois da promoção da guerra civil na ex-Jugoslávia, a maioria dos países da UE reconheceu a independência do Kosovo, apoiando assim um narco-protectorado dos EUA na região. No Cáucaso, Washington promove a aventura de tentar cercar a Rússia.

O regime de Putin e Medvedev é autoritário e a esquerda deve ser intransigente na defesa dos direitos humanos. Mas a Europa não precisa nem dos EUA nem da NATO para se defender e não tem qualquer interesse no regresso aos tempos da guerra-fria. O primeiro grande desafio militar que está colocado é o da instalação do sistema anti-míssil dos EUA na Polónia e na República Checa.

Em resposta a estas derivas, o Bloco defende o fim da NATO e do sistema de mísseis norte-americanos na Europa.

TESE 11. A ESQUERDA E A CONSTRUÇÃO DO NOVO INTERNACIONALISMO

11.1. No Brasil, Venezuela, Bolívia, Uruguai, Equador e Paraguai foram eleitos governantes que se reclamam da esquerda e há hoje um novo quadro de luta social. Não se podem tomar estas realidades como um processo único: os governos e as forças políticas que dirigem estes processos são diferentes em tradições, políticas e expressão social, tendo alguns prosseguido políticas financeiras alinhadas com a estratégia do FMI (Brasil e Uruguai) e sido acusados de corrupção (Brasil), enquanto se desenvolvem políticas de protecção social mínima em contextos de grande pobreza (Argentina, Brasil, Venezuela, Bolívia), a nacionalização de alguns sectores da economia (Venezuela, Bolívia) e de recursos energéticos fundamentais, defendendo os direitos dos povos indígenas (Bolívia e Equador). Estes governos estão envolvidos em processos de concertação regional.

O Bloco de Esquerda tem como matriz fundacional a construção de uma nova esquerda, socialista e internacionalista, e rejeita as tradições alinhadas com os regimes da URSS ou da China, assim como recusa as tradições populistas. Os nossos parceiros não são os governos mas as forças da esquerda popular que actuam em nome da transformação social.

O Bloco toma posição clara contra a chantagem que quer apropriar-se do petróleo e do gás através de ameaças e do golpismo na Venezuela, Bolívia e Equador e apoia a cooperação latino-americana contra o império.

11.2. A social-democracia europeia construiu-se nos finais do século XIX como a representação política dos trabalhadores, e dela nasceram a maioria das correntes que ao longo do século XX definiram a esquerda.

Nos tempos mais recentes, foi uma União de go-

vernos social-democratas que decretou o Pacto de Estabilidade e Crescimento. Sob a forma da Terceira Via, o trabalhismo britânico dirigiu a ofensiva liberal na Europa e o alinhamento com Bush nas mais recentes guerras coloniais. Os governos dos PS europeus alinharam com esta estratégia económica, mesmo se alguns rejeitaram a política militar de Blair. Por outro lado, na Alemanha, constitui-se um novo partido de esquerda, com um sector importante que rompeu com a social-democracia e com outras forças. Também em França está em curso um processo importante de recomposição.

Noutros países, onde a social-democracia era mais frágil eleitoralmente, foram constituídos governos de coligação que abrangeram partidos comunistas (em França nos anos 90 ou em Itália mais recentemente). Esses governos não representaram uma alternativa à política liberal e da direita, o que provocou derrotas graves.

11.3. Considerando a necessidade de afirmação política da esquerda, o Bloco de Esquerda proporá, após o ciclo eleitoral, a realização de um congresso das lutas anti-liberais, com movimentos sociais e partidos.

CAPÍTULO 3. PORTUGAL ESTÁ MAIS DESIGUAL

Com os últimos quatro anos temos um país mais desigual, mais tecnológico mas mais pobre, socialmente mais agressivo e mais inseguro no desemprego e na precariedade, onde a justiça é um privilégio e a corrupção e impunidade campeiam.

Para o Bloco, a estratégia é clara: para derrotar a desigualdade, é preciso construir uma esquerda popular para a luta com novas energias e movimentos sociais fortes. O Bloco de Esquerda crescerá nessa mobilização, na coerência das suas propostas e nos diálogos que respondam ao gigantesco embuste do liberalismo.

TESE 12. "FELIZMENTE, TEMOS

SÓCRATES", DIZ VAN ZELLER

12.1. A desigualdade cria o privilégio mas não é novidade. Ao longo dos anos, a burguesia portuguesa criou uma elite que governa, que singrou pelas administrações públicas, que migrou para o sector privado, que acumulou benesses e que é responsável pelo atraso. Depois de ter beneficiado da protecção da ditadura e, mais recentemente, da vingança contra o PREC, esta elite dominante impulsionou uma modernização conservadora e criou um regime social assente na exploração de trabalho barato e na precariedade.

Van Zeller, dirigente do patronato, resumiu o seu apreço pelo Código Laboral ao clamar que "felizmente, temos Sócrates". Tem razão. O governo impôs o autoritarismo patronal como regra de lei.

O governo reduziu o valor do salário real, baixou as pensões com a aplicação do factor de "sustentabilidade" e promoveu assim o negócio das seguradoras. Ao mesmo tempo, criou novos mercados para o imobiliário (projectos megalómanos dos PIN no Alentejo e Algarve), para a saúde privada (parcerias público-privado em 4 hospitais e desagregação de serviços locais) e entregou monopólios públicos a sectores privados, através da privatização parcial da EDP e da GALP, e protegeu ainda os preços especulativos dos cartéis das gasolinhas e outros. Criou novas vantagens para os bancos e protegeu o BPN e as fortunas do BPP.

Mas é nas novas leis laborais que o governo Sócrates vai mais longe, aproximando o regime público e o privado com a norma da precarização. No Código Laboral, esse regime traduz-se na possibilidade de contrato não escrito até 2 meses de trabalho, de novas formas de precariedade, de um banco de horas podendo implicar até 60 horas semanais, não pagas como horas extraordinárias, do pagamento em espécie, dos despedimentos simplex, da caducidade dos contratos ou da imposição de contratos piores do que a lei geral. O Código anula o princípio constitucional do tratamento mais favorável da parte mais vulnerável, o trabalhador.

O Código do Trabalho é a razão do apoio patro-

nal ao governo Sócrates.

12.2. A cooperação estratégica entre Cavaco Silva e o governo criou um bloco central entre Belém e S.Bento. Nas questões estratégicas essenciais, como a reforma da segurança social, o estatuto do trabalho na sociedade, o apoio do Estado aos empresários ou a política europeia, a consonância é completa entre os dois poderes.

Esta convergência provoca perdas de identidade no PSD, que elegeu sucessivos líderes até escolher a mais próxima de Cavaco Silva. Preso a esta ligação, o PSD torna-se um partido acessório na representação dos interesses económicos e sociais da classe dominante. No extremo da direita, o CDS regressa a um discurso populista e xenófobo contra os imigrantes e arrogante contra os pobres, jogando no sentimento de insegurança. No entanto, a sua passagem pelo governo e os sucessivos escândalos de favorecimento em que os seus ministros se envolveram afectam a sua capacidade de sobrevivência.

12.3. Também as micro e pequenas empresas comerciais e industriais são atingidas por estas políticas neoliberais do governo do PS. Nos últimos meses registaram-se milhares de falências e muitas mais são esperadas para 2009. Os apoios anunciados pelo governo em três diferentes linhas de crédito (Investe 1,2 e 3) mostram-se de tal forma difíceis de negociar e obter na banca, que milhares destas empresas acabam por encerrar. A consequência é o aumento do de desempregados, sob o olhar cúmplice de Sócrates, que em contrapartida tem garantido apoios significativos para as grandes empresas.

12.4. Para impor a sua política, o governo PS acentuou um controlo aparelhista sobre funções do Estado e sobre parte da comunicação social. Este Estado Rosa é o défice da democracia.

Em particular, o défice é grave na justiça. A justiça continua a ser um instituto de classe, excluindo uma parte da população de direitos efectivos e criando graves vulnerabilidades a agendas que não são as do respeito pela igualdade. **A falta de combate à corrupção, ao crime fiscal e ao branqueamento de**

capitais são exemplos desse défice democrático.

12.5. Esta política de desigualdade tem tido um impacto profundo e negativo na evolução da estrutura social. O seu efeito tem sido empobrecer o trabalho e aumentar a insegurança social.

Nos anos 2006-2008, Portugal foi o único país da UE que congelou o salário real médio. Os funcionários públicos foram prejudicados perdendo 3,6% em quatro anos.

Mas é no emprego que os impactos da política da desigualdade são mais importantes. Em 2008, os empregos precários são um em cada quatro, os trabalhos temporários são um em cada dez, os falsos recibos verdes são centenas de milhar. O desemprego real é cerca de 10% da população activa e o de longa duração é 51,2% do total. A cobertura por subsídio de desemprego baixou com Vieira da Silva de 72% em 2005 para 60% em 2008.

A esta política, o Bloco de Esquerda contrapõe a igualdade e a cidadania. Defende o combate a todas as formas de precariedade, falsos recibos verdes, trabalho temporário, intermitente e a prazo e exige uma política de emprego. Compromete os seus parlamentares com a proposta de revogação do Código do Trabalho e do da Administração Pública. **E mobiliza-se com a estratégia de juntar todos e todas pelos mínimos sociais: pela recuperação do valor real de salários e pensões, por um salário mínimo que proteja da pobreza, pelo alargamento da cobertura da protecção social no desemprego, por juros bonificados para os desempregados. O pleno emprego é objectivo da política socialista.**

TESE 13. A CLASSE DOMINANTE É A RAZÃO DO ATRASO

13.1. A burguesia portuguesa formou-se a partir de um processo fracassado de acumulação de capital que criou uma economia semi-dependente. A expansão colonial não deu origem a um Estado ou a uma burguesia mercantil com projecção internacional. Quando se desenvolveu a Revolução Industrial, a burguesia portuguesa não se tornou concorrente nos mercados europeus. Com o atraso de uma ge-

ração na industrialização e sem nunca ter imposto uma reforma agrária modernizadora, a classe dominante criou a ditadura de Salazar. No seu final, os grupos financeiros e industriais estavam dependentes do mercado protegido das colónias e do continente.

Foi por isso a partir das privatizações, desde os anos 80, que se reconstituíram e transformaram os actuais grupos financeiros portugueses, em parceria com o capital estrangeiro na banca (BPI, BES, BCP) e vivendo do Estado nas suas áreas mais importantes de negócios (auto-estradas, saúde privada, energia). Outros grupos, como a Sonae, transferiram grande parte das suas operações da indústria para a distribuição e operações financeiras.

13.2. Os sectores dominantes da burguesia portuguesa são rentistas. Vivem do Estado, da especulação e de mercados monopolizados. A acumulação medíocre evidencia que estes lucros não são investidos e, pelo contrário, favorecem o desperdício e mais especulação.

A realidade do rentismo foi ilustrada claramente pela actuação dos administradores do BCP. Incapazes de realizarem os aumentos de capital de 1999 e 2000, envolveram-se num esquema de compra ilegal de acções próprias através de offshores, viciando as cotações para atrair capital e beneficiando pessoalmente de prémios de centenas de milhões de euros. No final de 2007, administradores que tinham presidido a este processo receberam indemnizações de cerca de 90 milhões de euros. O BPN revelou o mesmo padrão de actuação.

13.3. A dependência da classe dominante do Estado manifesta-se ainda pela estreita ligação entre os interesses económicos e políticos. As políticas florestais, com a passagem de governantes para as empresas de celulose, e a banca, com as administrações do PS e PSD, alargadas por vezes ao CDS, e sobretudo as obras públicas mostram como estas relações tentaculares se foram consolidando.

O exemplo da Lusoponte, parceria entre as principais construtoras (Mota-Engil, Somague, Teixeira Duarte), é uma demonstração destas relações.

Tendo o Tribunal de Contas denunciado o contrato abusivo que determina o pagamento pelo triplo da Ponte Vasco da Gama e ainda a entrega da Ponte 25 Abril à empresa, verifica-se que vários ministros que negociaram a concessão foram nomeados administradores de empresas do consórcio.

13.4. É no imobiliário que se recicla parte do lucro das grandes obras como das aplicações especulativas. Por isso mesmo, **a esquerda socialista defende a apropriação pública das mais-valias criadas pela reclassificação das áreas rurais ou ecológicas e o fim do sistema dos PINs, em nome do combate à corrupção e especulação imobiliária.**

CAPÍTULO 4. O BLOCO É A ESQUERDA DE CONFIANÇA PARA A LUTA SOCIAL E PARA A ALTERNATIVA POLÍTICA

Oposição de luta e de alternativa, o Bloco reforçou o compromisso com o desenvolvimento de novas formas de luta e movimentos sociais que trazem força ao movimento popular. Organizou mais aderentes e melhorou os instrumentos de informação, de debate e de formação. Criou um trabalho autárquico de representação das populações, com iniciativas locais de mais protagonistas e organizações concelhias.

O Bloco é hoje mais forte para responder à sua obrigação: constituir uma alternativa política para o país.

TESE 14. DEZ ANOS DO BLOCO DE ESQUERDA

14.1. O Bloco foi e será uma força de modernidade. Desde a sua fundação, há 10 anos, o Bloco reanimou o combate solidário pela igualdade, a busca de novos caminhos para a luta popular e do empenho militante na criação de movimentos sociais unificadores, de trabalhadores e de jovens. O Bloco abriu novos debates sobre o socialismo como anti-

capitalismo e como democracia. Mobilizou a memória do movimento operário, na CUF ou no Arsenal. E fez parte de lutas que criam direitos, como no referendo vitorioso para o fim da punição das mulheres que abortam.

14.2. Ao longo dos quatro anos do Governo PS, o Bloco constituiu uma oposição popular que cumpriu.

Cumpriu a Marcha pelo Emprego e a Marcha contra a Precariedade, respondendo ao que é essencial. Cumpriu o seu programa eleitoral e propôs uma reforma da segurança social que defende as pensões futuras. Cumpriu e opôs-se às Leis Laborais e defendeu a recuperação do valor dos salários. Cumpriu e conseguiu a paridade entre mulheres e homens. Cumpriu e abriu um novo capítulo do direito ao divórcio. Cumpriu e propôs o fim da discriminação dos homossexuais, como antes conseguira proteger melhor as mulheres da violência doméstica. Cumpriu e conseguiu novos direitos para os utentes dos serviços de saúde. Cumpriu o seu empenho numa política fiscal de justiça.

Durante estes anos de governo PS, o Bloco foi a mais coerente oposição de esquerda, nas propostas, na acção e na unidade.

TESE 15. AS LUTAS SOCIAIS CONTRA AS POLÍTICAS LIBERAIS

15.1. O peso do desemprego estrutural de longo prazo, da precarização das relações laborais e ainda da crise económica internacional ameaçaram a luta dos trabalhadores, quando esta era mais necessária. Apesar de o movimento sindical associar hoje um trabalhador em cada quatro, as manifestações da CGTP e depois das professoras e professores foram gigantescas demonstrações de capacidade de acção.

A aprovação do novo Código Laboral, com o apoio da UGT, constitui um recuo para os direitos sociais. Em 2009, é portanto preciso recuperar e acumular novas forças, conjugando as acções reivindicativas. Esse debate atravessa a CGTP, onde o espaço das

correntes críticas tem sido atingido, mas onde também diversas opiniões se expressam sobre a acção da central como sobre as relações internacionais. Esses debates vão escolher os caminhos da luta.

O Bloco de Esquerda não tem para o movimento sindical a visão estratégica do controleirismo partidário, e entende que é preciso mais representatividade com pluralismo, mais sindicalização incluindo imigrantes, desempregados e precários, criando uma democracia de base, respeitando o direito de tendência, enraizando os sindicatos nas empresas. O Bloco promove activamente essas políticas e tem um objectivo: apoiar a eleição de mais delegados e delegadas sindicais e de Comissões de Trabalhadores.

15.2. As colectividades de cultura, recreio e desporto, bem como outras associações congéneres do Movimento Associativo e Popular continuam a ser importantes espaços de organização de base e de encontro de diferentes interesses das comunidades locais. São por isso espaços de luta e de consciencialização política, onde os aderentes do BE devem procurar agir no sentido de contribuírem para o crescimento dessas estruturas, bem como para a acção reivindicativa dos associados e das populações, em defesa da aplicação de políticas de esquerda que contribuam para o aumento da qualidade de vida das pessoas, visíveis nas actividades multidisciplinares desenvolvidas por milhares de associações espalhadas por todo o País, em que nalguns casos são o único pólo de encontro das respectivas comunidades.

Por outro lado estes serão sempre espaços onde pelo seu exemplo e pela sua actividade os nossos aderentes podem contribuir para o alargamento da base de apoio às propostas locais e nacionais do BE. Neste ano eleitoral de 2009, as organizações do BE deveriam desenvolver uma linha acção específica junto do Movimento Associativo local, integrando também Clubes, Associações de Pais, IPSSs, etc.

15.3. Os aderentes do Bloco de Esquerda empenham-se em movimentos que respondam às con-

dições sociais e que organizem a resposta dos sectores mais explorados, como os imigrantes e precários. Esses movimentos são abertos e procuram incluir todos quantos se reconheçam na necessidade de reunir os trabalhadores na base das suas razões.

Outros movimentos sociais, tão diversos como os dos professores e professoras pela escola pública, ou das populações afectadas pelas redes eléctricas de alta tensão, ou dos imigrantes, das comunidades LGBT, demonstram a importância destas formas associativas. São trabalhos de persistência, que criam confrontos importantes e em que o Bloco se empenha.

A resposta dos trabalhadores precários é difícil, dadas as condições de repressão que vivem. Com a acção de activistas da esquerda socialista, a realidade dos precários ganhou visibilidade e tornou-se parte do debate nacional. **Para o Bloco de Esquerda, a luta dos precários é um elemento estratégico da mobilização popular.**

TESE 16. AS TRANSFORMAÇÕES EM CURSO NA ESQUERDA POLÍTICA

16.1. O crescimento do Bloco de Esquerda é parte da recomposição em curso na esquerda política. A experiência das reformas liberais, impostas pela maioria absoluta do PS, bem como das dificuldades da vida dos trabalhadores, criou uma profunda vaga de descontentamento entre muitos homens e mulheres de esquerda, incluindo do PS.

Em algumas decisões fundamentais, como as leis laborais ou da segurança interna, ou a defesa do SNS e de outros direitos sociais, alguns deputados do PS manifestaram a sua oposição frontal. Manuel Alegre protagonizou iniciativas de diálogo aberto à esquerda.

Esta situação é nova. A quebra do tabu da incomunicabilidade entre diversas esquerdas é um sinal de grande importância. A busca de novos consensos para políticas concretas na defesa das responsabilidades públicas responde à derrocada do pensamento único neoliberal.

O Bloco rejeita terminantemente a acusação de

que estes diálogos sirvam os interesses da política liberal. Pelo contrário, os diálogos com quem no PS combate a política liberal aumentam a responsabilidade pela apresentação de alternativas, enfraquecem a ofensiva do governo contra os direitos sociais e criam novas respostas.

O Bloco de Esquerda contribuirá para desenvolver estes diálogos, abertos a pessoas de todas as opiniões à esquerda, incluindo as que não têm partido e são parte de movimentos sociais.

16.2. Estas convergências pontuais e diálogos sobre novas gerações de políticas públicas são parte de uma mudança na esquerda. Indicam que tudo pode ser diferente, com a democracia activa em que a maioria dos trabalhadores tome a palavra. O **Bloco é uma força empenhada nessas mudanças e assim continuará**, com a consciência de que são necessárias transformações na disposição de forças, que dependem de novas fundações. A criação do Bloco foi o primeiro desses movimentos fundadores.

O Bloco de Esquerda empenha-se por isso nas propostas e plataformas que tragam nova reflexão e capacidade de acção na esquerda. A recomposição da esquerda, para a tornar mais forte e alternativa, impõe-se como necessidade nos próximos anos.

16.3. Ao longo destes quatro anos, entre o Bloco de Esquerda e o PCP houve muitos momentos de convergência parlamentar, na defesa de direitos sociais, da segurança social pública ou do referendo europeu, ou ainda na responsabilização dos governos pela passagem dos voos da CIA para Guantanamo. Na recusa do Código Laboral, essa convergência foi expressiva.

Em algumas áreas mantiveram-se divergências, como sobre a paridade entre homens e mulheres ou o referendo do aborto. A vida resolveu estas questões, demonstrando que o referendo era indispensável para a vitória, como demonstra que não há igualdade sem paridade.

O BE regista igualmente as decisões do Congresso do PCP que fecham a porta a entendimentos unitários para a luta necessária. Mas **o Bloco, que mantém o**

debate claro sobre as diferenças quanto aos modelos sociais e à estratégia, insistirá na mesma atitude de diálogo, valorizando sempre a convergência prática e recusando tudo o que atrase ou prejudique os caminhos da unidade na acção.

TESE 17. O BLOCO DE ESQUERDA EM CAMPANHA

17.1. A esquerda é movimento e alternativa ou não é nada. Uma esquerda que se propõe dirigir o país precisa de conjugar a história, a experiência, a dedicação e a coragem de muitos milhares de activistas. Essa alternativa só se pode construir através da sua expressão em movimentos sociais e em acção colectiva com coerência programática.

A organização é portanto uma questão de política, de programa e de acção. O Bloco precisa de ter muitos mais protagonistas da luta social e de mais capacidade de acção em movimentos, através dos seus eleitos, através dos colectivos concelhios e distritais e da intervenção juvenil.

Para responder à necessidade de formação e debate político, foram criados um fórum anual (Socialismo 2007 e 2008) e formas novas de debate (a revista Vírus).

O sucesso do Congresso Marx, organizado por diversas instituições, é de salientar.

17.2. O Bloco decidiu disputar a comunicação pública. O portal esquerda.net é exemplo dessa escolha e de uma contra-ofensiva ideológica contra o pensamento único.

Criando meios de comunicação, o Bloco responde à ideologia dominante e a uma discriminação grosseira pela comunicação social. Mas procura muito mais: quer comunicar ideias fortes a muitos milhares de pessoas e transformá-las em protagonistas da notícia, através de todos os meios disponíveis na internet.

17.3. Na preparação do ciclo eleitoral, a elaboração de um programa de alternativas é fundamental. Esse programa deve ter como centro as políticas de igualdade. Exige por isso a mobilização do conhecimento e da luta social e a abertura a ideias diferentes.

O programa eleitoral do Bloco de Esquerda será elaborado através de um debate na internet, estimulando a participação de militantes, de activistas de movimentos, de especialistas e de homens e mulheres de esquerda de diversas opiniões. Nunca nenhum partido em Portugal promoveu um processo de discussão aberta deste tipo. O Bloco fá-lo-á.

17.4. A intervenção autárquica do Bloco responde à representação das populações em todo o território e procura combater as desigualdades que se expressam na exclusão do interior. Em 2009, o BE precisa de reforçar este trabalho, com mais organização de base e mais agenda local.

Para isso, o Bloco responde com clareza ao debate da regionalização, defendendo **o princípio da regionalização com democracia, para a coordenação de escolhas e políticas regionais.**

17.5. O acordo entre a aliança “Lisboa é Gente” e o PS foi estabelecido em condições de desagregação da autarquia. Esse acordo previa medidas concretas em seis pontos fundamentais, incluindo o combate à corrupção, novas regras de planeamento urbano e políticas sociais e ambientais.

Durante o mandato, o BE conseguiu a integração dos trabalhadores precários. Mas constata que pontos essenciais do acordo não foram e deviam estar a ser cumpridos. Por outro lado, consumou-se o abandono pelo vereador Sá Fernandes do seu programa eleitoral e a sua assimilação prática ao PS, pelo que o Bloco deu essa aliança por terminada.

O Bloco decide que nas eleições de 2009 não haverá lugar a um acordo como o que foi estabelecido em Lisboa em 2007.

17.6. O Bloco de Esquerda fixa os seguintes objectivos políticos para as campanhas eleitorais:

- A apresentação do programa da esquerda socialista, demonstrando como deve o país ser governado com uma política de esquerda, em alternativa à do PS.
- A apresentação de candidaturas coerentes com essa alternativa.
- Os candidatos e candidatas afirmarão o seu compromisso com o programa, de cuja elaboração fazem parte.
- Nas eleições europeias, em Junho de 2009, o Bloco afirmar-se-á contra a política e o governo da União, tendo como objectivo reforçar a sua presença europeia.
- Nas eleições legislativas, o BE procurará ampliar a sua representação e retirar a maioria absoluta ao PS.
- Nas autarquias o BE quer aumentar o número de eleitos, apresentando programas locais de uma campanha nacional. O Bloco apresentará as suas próprias candidaturas e não fará coligações com partidos de direita ou com o PS ou o PCP. Nos casos em que movimentos independentes com expressão local tornem possível uma convergência que alargue o campo da esquerda da luta social e que tenha bases programáticas claras e mobilizadoras, o Bloco estará disponível para essa convergência.
- Os eleitos do BE só aceitarão responsabilidades em executivos locais quando tiverem autonomia para aplicar o seu programa e a conjugação de forças for representativa e sem exclusões na esquerda.
- O Bloco de Esquerda defenderá a necessidade de uma candidatura presidencial da convergência mais ampla possível para a luta política da esquerda, sem prejuízo da possibilidade de apoiar uma candidatura da sua área política no caso em que essa alternativa não se concretize.

17.7. A continuidade das políticas que criaram desemprego, precariedade e pobreza é o projecto do PS para 2009, quer para isso tenha maioria absoluta, quer recorra ao bloco central. Nas opções económicas e sociais e de regime é já o bloco central que nos governa. Quebrar a maioria absoluta e combater

a política do bloco central é a estratégia da esquerda socialista.

O Bloco enfrentará o próximo governo, no parlamento e na luta social, apresentando as propostas que são o seu programa. O Bloco de Esquerda será coerente como sempre foi, porque o mandato popular que recebe é o da sua política de justiça social. Por isso, não participará em governo com o PS, porque os programas são contraditórios. Nem aceitará nenhuma colaboração com um governo, do PS ou do bloco central, porque quatro anos de Governo Sócrates demonstraram que essas políticas têm que ser vencidas.

O Bloco de Esquerda empenha-se na vitória, com a sua actividade social reforçada, o seu crescimento eleitoral e a sua capacidade de diálogo aberto ao mo-

vimento e à diferença. O futuro da esquerda define-se em toda a luta socialista.

O Bloco completa dez anos. Têm sido tempos intensos de refundação da esquerda e de constituição de novas alternativas. Durante estes anos, o Bloco trouxe nova força à esquerda e modificou o mapa da política. O Bloco tem sido energia e imaginação. Mas tem sobretudo sido o empenho militante dos seus activistas onde há dificuldades, insegurança social, riscos e ameaças contra o trabalho, opressões que perduram.

Com renovada determinação, o Bloco enfrenta a exigência de resposta à nova crise dentro da crise antiga. O Bloco é e será a esquerda de confiança.